

Ref.: Procedimento Administrativo nº 0313.22.000217-1

RECOMENDAÇÃO Nº 02/2022

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, por intermédio da 11ª Promotoria de Justiça da cidade de Ipatinga, atuando no Controle Externo da Atividade Policial, no estrito cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais conferidas pelo ordenamento jurídico pátrio;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, no artigo 129, incisos II e VII, inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público a de “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia”, bem como “exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar”;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Complementar n.º 75/93, o qual estabelece que o Ministério Público exercerá o controle externo da atividade policial tendo em vista a prevenção e a correção de ilegalidade ou de abuso de poder, bem como o disposto no art. 9º, inciso III, da retromencionada legislação, o qual autoriza o Órgão Ministerial a representar à autoridade competente pela adoção de providências para sanar a omissão indevida, ou para prevenir ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder;

CONSIDERANDO a Resolução nº 20, de 28 de maio de 2007, oriunda do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamenta o controle externo da atividade policial, estabelecendo, no art. 4º, a incumbência ao Ministério Público de expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços policiais, bem como o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa seja de responsabilidade do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a Resolução do CNMP nº 164/17, no artigo 1º, esclarece o conceito de recomendação como sendo um “instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses,

direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”;

CONSIDERANDO a crescente difusão das redes sociais e a necessidade de regulamentar a utilização das mídias digitais por policiais militares, diante da preponderância e alcance deste canal de comunicação, bem como considerando o expressivo contingente de potenciais usuários das mídias sociais formados pelo corpo de militares.

CONSIDERANDO que apesar da criação e utilização de perfis pessoais esteja dentro da seara do livre arbítrio, o uso e a exposição relacionada ao exercício funcional (por exemplo, vídeos e fotos do batalhão, fardamento, viaturas, armamento, equipamentos de proteção individual, símbolos e logomarcas) deverá ser criteriosamente regrada, por questões de segurança (próprias, de familiares e amigos), preservação de direitos alheios e exposição da imagem institucional;

CONSIDERANDO os policiais militares como agentes públicos responsáveis pela polícia ostensiva, preservação da ordem pública, defesa civil, imbuídos de valores, deveres e disciplina, conforme determina o art. 42 c/c o art. 144, § 5º, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO a correção de atitudes como um dos aspectos do princípio da disciplina que norteia a atuação funcional dos policiais militares, conforme disposto no art. 6º, § 2º, inciso IV, do Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (Lei Estadual nº 14.310/2002);

CONSIDERANDO ainda como um dos princípios da ética militar “ser discreto e cortês em suas atitudes, maneiras e linguagem e observar as normas da boa educação”, “abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de assuntos internos das IMEs ou de matéria sigilosa”, “preservar e praticar, mesmo fora do serviço ou quando já na reserva remunerada, os preceitos da ética militar”, bem como “abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidade pessoal de qualquer natureza ou encaminhar negócios particulares ou de terceiros”, conforme é determinado pelo art. 9º, incisos VIII, IX, XIII e XV, Lei Estadual nº 14.310/2002, respectivamente;

CONSIDERANDO que o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (Lei Estadual nº 14.310/2002) prevê como transgressão disciplinar “usar indevidamente prerrogativa inerente a integrante das IMEs”, “descumprir norma técnica de utilização e manuseio de armamento ou equipamento”, “deixar de observar preceito legal referente a tratamento, sinais de respeito e honras militares, definidos em normas específicas”, nos termos do art. 13, incisos V, VI e XI, respectivamente.

RECOMENDA AO COMANDO DA 12ª REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR E AO COMANDO DO 14º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE IPATINGA/MG, AS SEGUINTE MEDIDAS:

A) prestar orientações aos policiais militares, da ativa, agregados e veteranos, quanto ao correto uso das mídias digitais de comunicação, de modo a impedir:

A.1) a exposição indevida, em mídias sociais, de instalações físicas e de segurança orgânica da Polícia Militar, fardamentos, viaturas, armamentos, equipamentos de proteção individual;

A.2) a publicidade de ocorrências, missões, ações, operações ou investigações da polícia militar, sem a autorização dos canais oficiais de comunicação social da instituição;

A.3) a publicidade de imagens, vídeos, áudios, comentários e opiniões depreciativas à Instituição, aos demais órgãos públicos, a autoridades ou a outros militares do Estado.

A.4) disciplinar o uso das mídias sociais e aplicativos por policiais militares naquilo que tiver correspondência direta ou indireta com a Instituição ou com a condição de militar do Estado.

Em face de todo o exposto, os efeitos desta presente recomendação são imediatos, devendo as autoridades realizarem, incontinenti, todas as providências cabíveis a partir desta data, bem como apresentar resposta a esta Promotoria de Justiça, prestando informações quanto à observância das medidas recomendadas, em até **90 (noventa) dias**, sob pena de adoção das providências judiciais cabíveis pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Ipatinga, 16 de fevereiro de 2022.

Jonas Junio Linhares Costa Monteiro

Promotor de Justiça